



Poderes

# Com aval do Planalto, PEC que amplia isenção para igrejas avança na Câmara

— Texto aprovado em comissão com apoio do governo Lula permite que imunidade passe a valer para tributações indiretas, como na aquisição de cimento para obras em templos

GIORDANNA NEVES  
IANDER PORCELLA  
MARCELO DE MORAES  
BRASILIA

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou ontem parecer de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária de entidades religiosas. De acordo com o relator, deputado Dr. Fernando Máximo (União Brasil-RO), o texto final foi acertado com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A matéria precisa agora ser apreciada no plenário da Casa, onde necessita do apoio de três quintos dos parlamentares – ou seja, um mínimo de 308 votos para ser aprovada, em cada um dos dois turnos de votação.

## Agradecimento O relator da proposta agradeceu o apoio de ministros do governo na articulação em favor da PEC

Havia a expectativa de que o texto fosse votado ainda ontem, mas até as 21h não tinha sido analisado. A PEC é de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), pastor licenciado e ex-prefeito do Rio.

A Constituição já prevê isenção ao patrimônio, à renda e aos serviços “relacionados às finalidades essenciais” de templos religiosos. A proposta de Crivella estende o benefício à aquisição de bens e serviços “necessários à formação” de patrimônio, renda e serviços dos templos.

Na prática, o texto permite que a isenção, hoje garantida nas tributações diretas, passe a valer também para as tributações indiretas, como na compra de cimento para obras nas igre-

jas. Neste caso, seriam abrangidos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

**‘PECADO’.** De acordo com o relator, o impacto fiscal da proposta nas contas da União, por meio da redução no IPI, seria atualmente de algo em torno de R\$ 1 bilhão. Máximo alega que esse impacto será zerado com a aprovação da reforma tributária. Isso porque, segundo ele, o IPI será extinto e o imposto seletivo que será criado, apelidado de “imposto do pecado” – usado para sobretributar produtos que fazem mal à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas –, não atinge igrejas.

“Pela própria natureza deste novo imposto, é pouco provável que ele venha a incidir sobre as aquisições de que trata a Proposta de Emenda Constitucional ora em análise”, diz o relatório.

A PEC, originalmente, previa que os benefícios fossem estendidos a partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e assistência fiscal sem fins lucrativos. Em acordo com o governo, no entanto, a isenção fica estendida apenas às igrejas. A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em setembro de 2023, sob relatoria de Daniela do Waguinho (União Brasil-RJ), ex-ministra do Turismo.

“Essa PEC já tem apoio do governo. O governo é favorável ao relatório. Tivemos reunião com Casa Civil, (Ministério da) Fazenda, (Ministério do) Planejamento”, disse Crivella, que é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

De acordo com o deputado, a dúvida colocada pelo Poder Executivo era sobre como seriam controlados os benefi-

## Para entender

### Proposta original previa benefício a partidos

#### ● Tributação indireta

A Constituição já prevê isenção ao patrimônio, à renda e aos serviços “relacionados às finalidades essenciais” de templos religiosos. A proposta do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) estende o benefício à aquisição de bens e serviços “necessários à formação” de patrimônio, renda e serviços dos templos. Ou seja: a isenção, hoje garantida nas tributações diretas, passaria a valer também para as tributações indiretas, como encargos na conta de luz de templos religiosos

#### ● Texto final

A PEC, originalmente, previa que os benefícios fossem estendidos a partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e assistên-

cia fiscal sem fins lucrativos. Em acordo com a base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, está previsto que a isenção seja estendida apenas às igrejas

#### ● Crise

A PEC que estende benefícios fiscais das igrejas é avalizada pelo governo Lula semanas após um ato administrativo da gestão do petista que desagradou à base de parlamentares evangélicos no Congresso. Em janeiro deste ano, a Receita Federal revogou uma isenção fiscal às chamadas prebendas, complementos de renda de pastores evangélicos que, por vigência de um ato baixado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), estavam isentos de contribuições previdenciárias

#### ● Plenário

O texto segue para o plenário da Casa, onde precisa de 308 votos para ser aprovado



Crivella diz que discutiu a PEC com três ministérios do governo

cios. Pelo texto, segundo ele, as igrejas vão receber a restituição dos impostos depois de já terem sido pagos, diante da comprovação fiscal.

**PREBENDAS.** Apesar do acordo

feito com governo no texto da PEC, o ex-prefeito esclareceu que a aprovação da matéria não resolve a discussão em torno da decisão tomada ainda em janeiro pela Receita Federal de acabar com uma medida

do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que isentava de contribuição previdenciária as chamadas prebendas, remuneração recebida por pastores pelos serviços prestados a igrejas.

Apesar de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter anunciado a suspensão do ato após uma reação negativa entre líderes religiosos, Crivella disse esperar ainda uma resolução definitiva por parte da Advocacia-Geral da União (AGU), que ficou encarregada de elaborar um novo parecer sobre o tema.

“Queremos ter uma nova reunião para fazer a leitura do parecer e esperamos que transforme o parecer em decreto”, disse o deputado, que espera que o Congresso promulgue a matéria na semana da Páscoa, no fim de março.

Na época, o ministro da Fazenda disse que houve uma “politização indevida” do caso e anunciou a criação pelo governo de um grupo de trabalho para discutir a isenção tributária sobre a remuneração de pastores. O episódio gerou fortes críticas da bancada evangélica ao Planalto.

**ACENO.** Ontem, ao ajudar na articulação da PEC e não colocar obstáculos para a votação do projeto, o governo fez um forte aceno político para a frente parlamentar. “Quero agradecer ao governo que sentou, conversou e a gente conseguiu aprovar esse relatório”, afirmou Máximo.

O relator da PEC faz parte do grupo de deputados que assinou o pedido de impeachment de Lula após o presidente comparar a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto. Máximo também esteve no domingo passado em cima de carro de som no ato realizado na Avenida Paulista em defesa de Jair Bolsonaro. ●

## TSE proíbe ‘deep fake’ e robôs nas campanhas

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou ontem resolução que regulamenta o uso de inteligência artificial por candidatos e partidos a partir das eleições deste ano. A Corte proibiu expressamente a disseminação

de fake news manipuladas por IA, as chamadas deep fakes. Estão vedados “conteúdos sintéticos, em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenham sido gerados ou manipulados digitalmente,

ainda que mediante autorização, para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia”.

Candidatos e partidos também precisam identificar conteúdos produzidos por IA. Ou-

tra novidade é a restrição ao uso de robôs na campanha, seja para intermediar o contato com eleitores ou simular diálogos com candidatos. O TSE determinou ainda que provedores devem tirar do ar, com “agilidade”, conteúdos vedados.

**INDÍGENAS.** A Corte decidiu

que também é obrigatória a distribuição proporcional dos fundos eleitoral e Partidário e do tempo de propaganda no rádio e TV para candidaturas indígenas. Os ministros iriam decidir se a mudança começa a valer este ano ou se é necessário prazo maior para a implementação. ● RAYSSA MOUTA